

A POSSE DE ESCRAVOS EM UMA PARÓQUIA DA CAPITAL DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1870

José Flávio Motta
Nelson Nozoe
Iraci del Nero da Costa ¹

RESUMO

Estudamos a estrutura da posse de escravos de São Cristóvão com base em levantamento populacional efetuado em 1870, quando essa freguesia já integrava o perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro que era, à época, capital do Império do Brasil. Os resultados apresentados representam, pois, um recorte de como se revelava a referida estrutura às vésperas da Abolição em um centro urbano dos mais dinâmicos do Império. Tais resultados reafirmam o padrão estabelecido pela historiografia com respeito ao escravismo brasileiro: forte presença de escravistas de porte modesto —79% deles, com até 5 escravos, detinham 46% do total de cativos—, difusão relativamente ampla da instituição —em cerca de 25% dos fogos havia escravos— e inexistência de uma forte concentração na posse de cativos —o que se corrobora pelo índice de Gini (0,46). Os valores da média (3,8), moda (1) e mediana (3) atestam o predomínio das posses de pequeno porte. Em suma, o escravismo parece apresentar em seus momentos finais, para o caso de São Cristóvão, o mesmo perfil básico válido para o início do século XVIII, nos mais diversos pontos do território brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: estrutura da posse de escravos; São Cristóvão; economia da escravidão; escravismo; demografia histórica.

ABSTRACT

This work examines the slaveholding structure in São Cristóvão based on a census taken in 1870, when this parish was already a part of the urban perimeter of the city of Rio de Janeiro. Thus, the results presented are a portrait of that structure in the eve of Abolition for one of the most dynamic urban centers of Brazilian empire. The results validate the pattern of Brazilian slavery determined by historiography: the small slaveholders had a great weight, with 79% of them, owning up to 5 slaves, controlling 46% of the slave workforce; the institution of slavery was relatively widespread, for about a quarter of all households had slaves; and the distribution of the slaveholding was not much concentrated, a fact confirmed by an index of Gini of 0,46. Average (3,8), modal (1) and median (3) values all point to the dominance of small slaveholdings. In short, the final period of slavery in São Cristóvão seems to have the same basic characteristics found for many different parts of Brazilian territory in the eighteenth century.

KEYWORDS: slaveholding structure; São Cristóvão; economy of slavery; slavery; demographic history.

INTRODUÇÃO

Neste artigo dedicamo-nos ao estudo da estrutura da posse de escravos. O momento contemplado, 1870, integra uma etapa privilegiada da história da escravidão no Brasil. Especificamente no que respeita ao tema analisado, tal momento parece-nos especial porque se coloca imediatamente antes das alterações nos padrões de distribuição da propriedade de cativos decorrentes da Lei do Ventre Livre (1871) e,

¹ O Prof. Livre-docente José Flávio Motta e o Prof. Livre-docente Nelson Nozoe vinculam-se ao Departamento de Economia da FEA/USP e ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP. O Prof. Livre-docente Iraci del Nero da Costa é aposentado da FEA/USP.

portanto, da dos Sexagenários (1885). Poderemos, pois, observar como se apresentava a estrutura da posse de escravos, às vésperas das referidas mudanças, na freguesia de São Cristóvão,² a qual já compunha o perímetro urbano do Rio de Janeiro. Essa cidade, além da relevância que a distinguiu como sede do Império, definia-se como um dos principais aglomerados populacionais do país; era, não obstante, afetada, também do ponto de vista demográfico, pela proximidade da área rural, onde se destacava a grande produção cafeeira. Essa lavoura via-se, à época, às voltas com o impacto do assim chamado problema da mão de obra. Era, pois, em quadro dos mais dinâmicos que se movimentavam os habitantes da freguesia objeto de nossa análise.

No período examinado, o território do Município Neutro (como era oficialmente denominada a cidade do Rio de Janeiro) achava-se dividido em 19 paróquias, das quais 11 urbanas ou “de dentro” e 8 conhecidas como freguesias “de fora” ou rurais. A freguesia de São Cristóvão, de caráter urbano, foi criada em 1856, com base em desmembramento do território da paróquia do Engenho Velho. Embora se distinguisse como núcleo basicamente residencial que contava com regular comércio local, albergava também alguns estabelecimentos fabris de tecidos, artefatos de barro, de velas e de vidros e cristais. O Matadouro Municipal, cujas obras de construção do edifício e dos tendais haviam sido iniciadas em 1846, foi lá inaugurado em 1853, onde permaneceu até 1881, ano a partir do qual se passou a cogitar sobre sua transferência para Santa Cruz. Em São Cristóvão localizavam-se três cemitérios, o Hospício de Nossa Senhora do Socorro, mantido pela Santa Casa de Misericórdia, e o Hospital dos Lázaros, administrado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. A freguesia era servida pela Estrada de Ferro D. Pedro II, que atravessava parte dos terrenos da Quinta da Boa Vista, onde se erguia a Estação São Cristóvão.

O estabelecimento da residência da família imperial na Real Quinta da Boa Vista deveu-se à iniciativa de um negociante da rua Direita, Elias Antônio Lopes, que, pouco tempo depois da chegada de D. João ao Rio de Janeiro, ofereceu para morada do regente a quinta de sua propriedade, em São Cristóvão, naquele tempo a melhor casa dos arrabaldes cariocas. Assim, a incorporação ao perímetro urbano da área onde posteriormente seria instalada a freguesia em tela esteve associada à vinda das Cortes.

² A fonte primária da qual nos servimos, manuscrita pelos próprios moradores da “Parochia de São Cristóvão do Município da Corte”, diz respeito ao arrolamento da população daquele Município realizado em abril de 1870. Tal documentação, pertencente ao acervo da Biblioteca Central do IBGE, vai discriminada nas Referências Bibliográficas como IBGE (MSS).

Ademais, tal incorporação viu-se facilitada com a construção de interligações terrestres da Quinta com o núcleo central da urbe.

O relatório sobre o arrolamento da população do Município da Corte em 1870 (Relatório, 1871) menciona que, naquele ano, encontravam-se em São Cristóvão 3,8% dos fogos da cidade e ali residiam 3,9% da população livre (7.303 indivíduos em um total de 185.289), percentual igualmente válido para o contingente escravo (1.969 cativos em uma massa escrava de 50.092). Na paróquia examinada, bem como no município como um todo, a participação dos escravos na população total era levemente superior a um quinto (cerca de 21,2%). Não obstante o fato de estarmos a lidar, tão somente, com pouco menos de 4% da população total, acreditamos que os resultados alcançados com base no estudo estatístico dos moradores de São Cristóvão fornecem um quadro razoavelmente aproximado da estrutura da posse de cativos então vigente na cidade do Rio de Janeiro.

ESCRAVISTAS E ESCRAVOS: UMA VISÃO DE CONJUNTO

Em 1870, cerca de um quarto das residências de São Cristóvão contava com a presença de escravos. Os escravistas — em número de 397, que representavam 5,4% da população livre residente na paróquia — compunham-se majoritariamente de indivíduos do gênero masculino (72,5%), predominando os que haviam conhecido o casamento (52,6% de casados e 24,9% de viúvos). Pouco menos de três quintos (58,9%) haviam nascido no Brasil, os europeus correspondiam a 36,5%,³ os africanos tão somente a 1,0%, cabendo aos demais estrangeiros a modestíssima participação de 0,8%. A idade média dos proprietários de cativos elevava-se a 45,4 anos, pouco mais de um terço (36,4%) contava com idade inferior a 40 anos, 46,4% situavam-se na faixa etária entre 40 e 59 anos e os restantes 17,2% formavam o conjunto dos escravistas com 60 ou mais anos.

O espectro das atividades econômicas desenvolvidas pelos proprietários de escravos confirma o caráter tipicamente urbano da freguesia. Assim, ao comércio dedicava-se pouco menos de um terço (30,7%) do número de indivíduos em questão; os proprietários e rentistas, por sua vez, correspondiam a 13,6%; as profissões liberais (8,1%) e a magistratura e funcionários civis (11,1%) reuniam em conjunto

³ Computamos, entre os europeus, 129 portugueses, 7 franceses, 3 espanhóis, 2 italianos, cifra igualmente válida para ingleses, e mais dois escravistas: um nascido na Prússia e outro na Holanda.

aproximadamente um quinto dos escravistas, seguindo-se o artesanato com 7,0%. Em contrapartida, a agricultura e as atividades do mar não atingiam, em conjunto, mais do que 2,3%. Para 84 (21,1%) dos possuidores de cativos não obtivemos o informe da atividade econômica com a qual estavam envolvidos.

Nos documentos que nos chegaram, anotou-se a presença de 1.625 escravos em São Cristóvão. Observando a distribuição da população cativa segundo a origem notamos o marcado predomínio dos indivíduos nascidos no Brasil (68,1%), ao passo que os africanos correspondiam a menos de três décimos do total (27,5%); adicionalmente, eram nove (0,5%) os escravos oriundos de Portugal ou das Ilhas Atlânticas e para outros 63 (3,9%) não foi possível identificar a origem.

A denotar um eventual encaminhamento da mão de obra masculina para o meio rural, predominava na massa escrava da paróquia o elemento feminino: 54,5% *versus* 42,9% (com 2,6% de pessoas para as quais não foi possível a identificação do gênero). Tal suposição vê-se corroborada pelas razões de masculinidade calculadas segundo a origem. O indicador concernente aos brasileiros indicou a existência de 62,6 homens para cada grupo de 100 mulheres; já o índice correlato para africanos igualou-se a 147,3. Dessa forma, dos 1.538 cativos para os quais obtivemos os informes sobre gênero e origem, 43,5% correspondiam às mulheres nascidas no Brasil, participação significativamente superior à dos homens brasileiros (27,2%). Para africanos e africanas, os percentuais análogos foram, respectivamente, iguais a 17,5% e 11,8%. Vale dizer, o aventado direcionamento da mão de obra masculina para o meio rural afetaria em muito menor grau o segmento africano que, na década de 1870, apresentava-se, decerto, relativamente envelhecido para o cotidiano da faina agrícola.⁴

A observação da pirâmide etária da população cativa de São Cristóvão (Figura 1) sedimenta as considerações tecidas no parágrafo anterior. Assim, verificamos que as mulheres eram mais numerosas até os 39 anos de idade. Essa supremacia numérica das escravas mostrou-se, ademais, crescente nas três primeiras faixas etárias contempladas na pirâmide — 0 a 9, 10 a 19 e 20 a 29 anos —, nas quais a razão de masculinidade

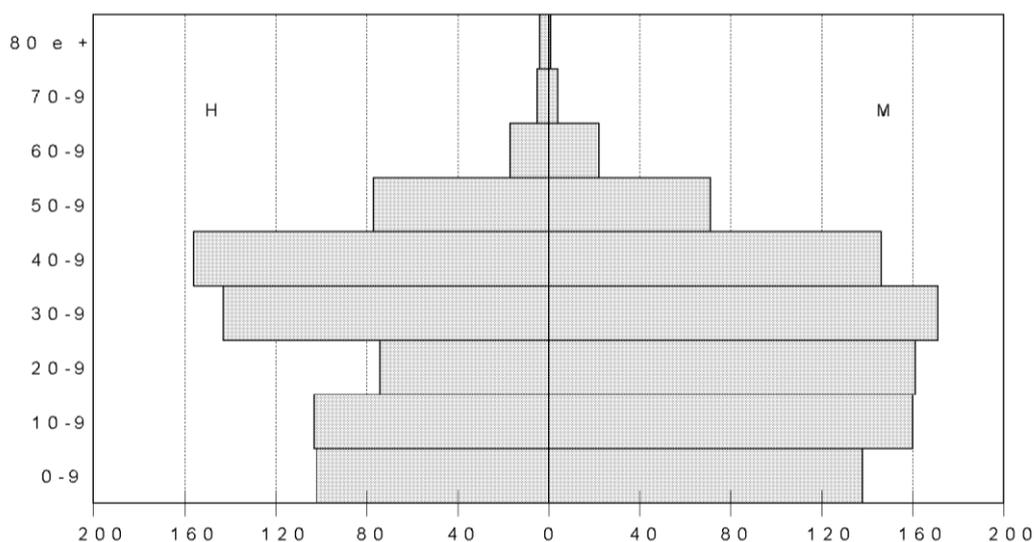
⁴ De fato, tal envelhecimento relativo vê-se corroborado quando consideramos os percentuais da distribuição dos escravos de acordo com a origem e consoante três grandes faixas etárias. Só se contavam cativos com menos de 15 anos de idade entre os brasileiros, e os indivíduos dessa faixa etária perfaziam mais de um terço dos escravos "nativos". De outra parte, tão somente cerca de um centésimo dos cativos nascidos no Brasil tinham 60 ou mais anos. No caso dos escravos nascidos no exterior — a grande maioria deles composta, como vimos, por africanos —, os mais idosos, no mínimo sexagenários conformavam aproximadamente um décimo do total, tendo os outros nove décimos idades entre 15 e 59 anos

igualou-se, respectivamente, a 73,9, 64,4 e 45,9. A mencionada alocação preferencial de parte do contingente cativo masculino no meio rural evidencia-se cada vez mais à medida que se eleva a idade dos indivíduos em tela, e seus efeitos fazem-se sentir com maior contundência entre os escravos na faixa dos 20 anos de idade.

No intervalo entre 30 e 39 anos, as cativas ainda predominavam, mas a razão de masculinidade alçou-se para 83,6. Começa-se a perceber o impacto da presença dos africanos e, sobretudo, da própria destinação preferencial, desta feita de um segmento populacional relativamente mais velho, para as atividades de caráter mais nitidamente urbano. A esses dois fatores somar-se-ia, muito provavelmente, a ocorrência de um índice mais elevado de alforrias concedidas a mulheres escravas. Em suma, se na faixa etária de 0 a 39 anos a razão de masculinidade era igual a 67,0, para a população cativa com 40 ou mais anos de idade tal razão elevava-se para 106,2.

Adicionalmente, no que respeita à consideração conjunta das variáveis gênero e estado conjugal dos cativos, percebemos o significativo predomínio dos solteiros, os quais correspondiam a cerca de três quartos do total de escravos. Essa proporção era um pouco mais alta entre os homens (77,2%) em comparação às mulheres (73,3%). Computamos apenas 10 cativos casados (0,6%), sendo meia dúzia do gênero feminino, e 5 viúvos (0,3%), dois deles do gênero masculino. Ainda que tomemos tão somente os indivíduos com 15 ou mais anos de idade, mantém-se modestíssima a participação daqueles anotados como casados ou viúvos, igual a 1,3%. Para quase um quarto dos escravos (23,7%) não foi possível determinar o estado conjugal.

Figura 1 - Pirâmide Etária da População Escrava da Freguesia de São Cristóvão, 1870



ELEMENTOS DA ESTRUTURA DA POSSE DE ESCRAVOS ⁵

Uma primeira aproximação às características da estrutura da posse de cativos em São Cristóvão é possibilitada pelos informes acerca da distribuição de escravistas e de escravos de acordo com o gênero e segundo faixas de tamanho dos planteis (Tabela 1). O predomínio dos homens, entre os proprietários, verificou-se em todos os tamanhos de escravarias, sendo ligeiramente menor no caso dos planteis unitários (taxa de masculinidade igual a 68%) *vis-à-vis* as demais faixas (nas quais essa taxa manteve-se em torno de 75%). Entre os cativos, a supremacia numérica das mulheres apenas não ocorreu nas maiores posses; de fato, as taxas de masculinidade igualaram-se, respectivamente nas quatro faixas consideradas, a 38%, 41%, 43% e 70%. ⁶ Estes quatro últimos percentuais, recalculados separadamente consoante o gênero dos escravistas, perfizeram as cifras representadas no Gráfico 1. Ainda que o resultado final não se altere — vale dizer, independente do gênero dos proprietários, predomínio das escravas nas três primeiras faixas de tamanho e dos cativos do gênero masculino nos maiores planteis —, observamos, invariavelmente, taxas de masculinidade superiores, em cada faixa de tamanho, entre os escravos possuídos por proprietários homens. Assim, no caso das escravistas, a taxa de masculinidade dos cativos nos planteis com 15 ou menos indivíduos oscilou entre 28% e 35%, elevando-se a 56% na faixa de 16 a 32 escravos. Nesta mesma faixa, a taxa correlata obtida entre os cativos de proprietários homens foi de 75%, oscilando, nas demais faixas de tamanho, em torno de 44%.

Ainda com fundamento na Tabela 1, notamos que pouco menos de quatro quintos (78,6%) dos escravistas possuíam 5 ou menos escravos; eram 312 proprietários detentores de 706 cativos (46,4% da massa escrava total). Nesse conjunto, era marcante a participação dos planteis unitários: 31,7% dos escravistas e 8,3% dos escravos. No extremo oposto da distribuição, os 8 proprietários integrantes da faixa de 16 a 32 cativos correspondiam a tão somente 2,0% dos escravistas; não obstante, eram seus 11,4% dos escravos computados. A maioria relativa dos cativos (42,2%) compunha os planteis de 6 a 15 elementos, cujos proprietários perfaziam cerca de um quinto do contingente de escravistas.

⁵ Foram considerados, tão somente, os 1.522 cativos cujos proprietários residiam em São Cristóvão.

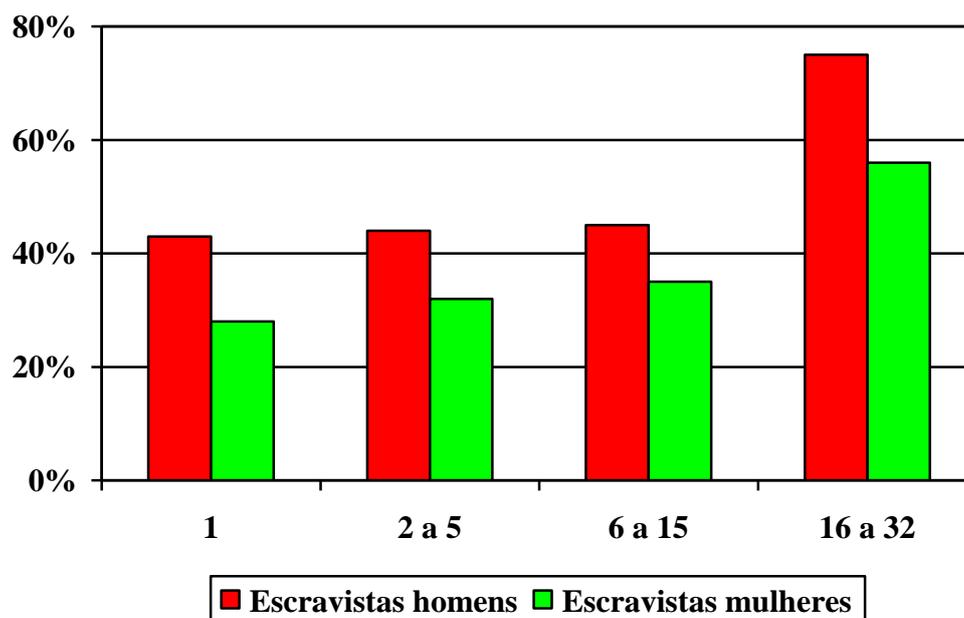
⁶ No cômputo das taxas de masculinidade dos escravos foram excluídos 42 indivíduos para os quais não foi possível determinar o gênero.

Tabela 1 – Distribuição de Escravistas e de Cativos, Segundo Gênero e Faixas de Tamanho dos Planteis (FTP)

FTP	Proprietários				Escravos				Porcentagens	
	H	M	Ind	H+M	H	M	Ind	H+M	Propr	Escr
1	86	40	-	126	46	76	4	126	31,7	8,3
2 – 5	138	48	-	186	233	332	15	580	46,9	38,1
6 – 15	58	18	1	77	264	356	23	643	19,4	42,2
16 – 32	6	2	-	8	121	52	-	173	2,0	11,4
Total	288	108	1	397	664	816	42	1.522	100,0	100,0

Obs.: H = Homens; M = Mulheres; Ind = Indeterminado; Propr = Proprietários de escravos; Escr = Escravos.

Gráfico 1 - Taxas de Masculinidade dos Escravos, Segundo o Gênero do Proprietário e de acordo com a Faixa de Tamanho do Plantel



Alguns indicadores estatísticos concernentes aos proprietários (Tabela 2) contribuem para o delineamento do perfil da distribuição da posse escrava. O índice de Gini (0,46) evidencia um nível relativamente moderado de concentração da riqueza em cativos, decorrente, em boa medida, das próprias dimensões da quarta e última faixa de tamanho dos planteis de São Cristóvão, tendo por limite superior uma única escravaria com 32 integrantes. Os valores da média (3,8), moda (1) e mediana (3), a sua vez, atestam a predominância das posses de menor porte. Além disso, os índices ligeiramente

inferiores (média e mediana) calculados no caso das proprietárias aliam-se aos menores valores das taxas de masculinidade dos escravos possuídos por mulheres (Gráfico 1) e indicam serem os homens, em média, detentores de maiores recursos, ao menos enquanto medidos pela propriedade de cativos.

Ou seja, as escravistas detinham, em média, planteis menores, nos quais a presença de escravas, comercializadas a preços inferiores do que cativos do gênero oposto, era maior em comparação às escravarias possuídas por proprietários homens. A condicionar este perfil certamente estavam a eventual "especialização" da escravaria detida por mulheres na produção de bens — alimentos, por exemplo — cujo preparo demandava, preferencialmente, mão de obra feminina, e, sobretudo, o grande contingente de viúvas existente no grupo das proprietárias de cativos: enquanto entre os escravistas homens havia apenas 11,5% de viúvos, a cifra correlata alçava-se a 61,1% para as escravistas. A viúva tenderia a desfazer-se de seu ativo mais valioso (escravos do gênero masculino) seja em face de eventual abertura econômica, seja porque, não disposta a dar continuidade às atividades produtivas do falecido esposo, vendia alguns de seus cativos homens.

Tabela 2 - Indicadores Estatísticos Concernentes aos Escravistas

Gênero do escravista	Média^a	Moda^a	Mediana^a	Índice de Gini
Homens	4,0	1	3	0,459
Mulheres	3,5	1	2	0,469
Total^b	3,8	1	3	0,462

^a Indica-se na tabela o número de escravos possuídos por proprietário.

^b Inclusive um escravista cujo gênero não foi possível determinar.

Os valores das médias de escravos possuídos, calculados agora de acordo com diferentes faixas etárias dos proprietários (Gráfico 2), permitem-nos observar os efeitos do ciclo de vida sobre o processo de acumulação em cativos. Muito embora apresentando uma amplitude de variação relativamente discreta (de um mínimo de 2,40 a um máximo de 5,87 escravos por proprietário), tais valores corroboram, para São Cristóvão,⁷ o impacto teoricamente esperado:

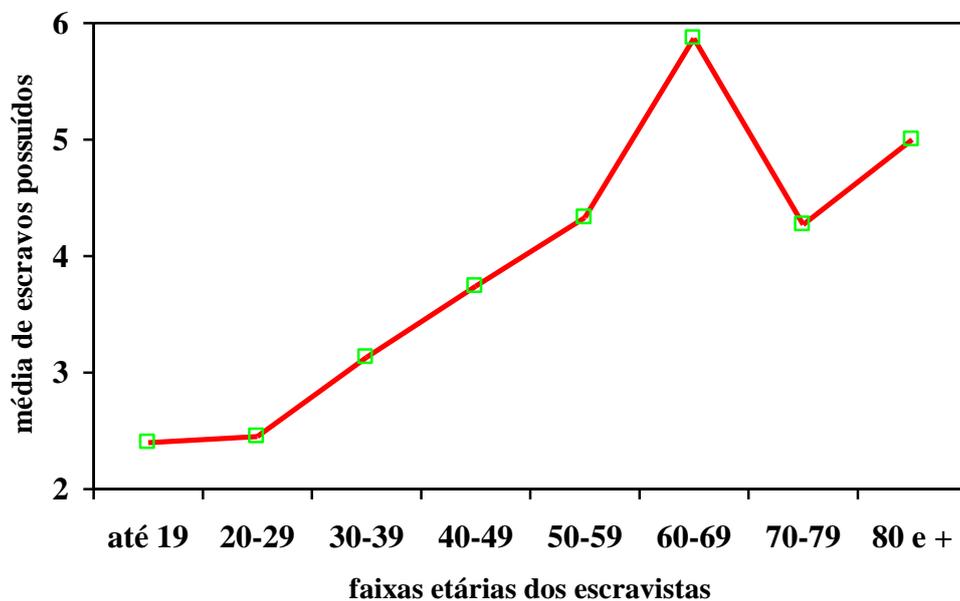
⁷ Cabe frisar o reduzido número de observações nas faixas etárias extremas: 5 escravistas com até 19 anos, 15 na faixa etária de 70 a 79 anos e 6 com 80 e mais anos de idade

“pode-se esperar que o número de escravos varie com a idade do proprietário. Assim, até a faixa dos sessenta-setenta anos verificar-se-ia uma correlação positiva entre as duas variáveis. Tal afirmativa parte da hipótese de que o proprietário tenderia a acumular riqueza — neste caso representada pelo número de escravos possuídos — no correr do período economicamente ativo de sua vida. Já para a faixa colocada após os setenta anos — como decorrência de uma eventual partilha em vida ou da não-reposição de escravos falecidos — ocorreria uma relação inversa entre idade do proprietário e número de cativos” (Costa, 1983, p. 121).

O perfil da curva desenhada no Gráfico 2 reflete, também, o espectro de atividades econômicas desempenhadas pelos escravistas de São Cristóvão. Indicáramos já, na visão de conjunto apresentada na seção precedente deste artigo, que tais atividades patenteavam o caráter urbano da freguesia. Já os informes da Tabela 3 atestam que a distribuição dos escravos, de acordo com a variável em questão, acompanhava, grosso modo, a de seus proprietários. De fato, a maioria relativa de escravistas (122 deles, isto é, 30,7%) e de cativos (36,1%, correspondendo a 550 indivíduos) vinculavam-se ao comércio, cifras que devem ser entendidas como limites inferiores, tendo em vista desconhecermos as atividades de cerca de um quinto dos indivíduos considerados.⁸ Embora menos expressivos, mostraram-se também relevantes os percentuais correlatos calculados para as seguintes atividades: “proprietários / rentistas” (13,6% dos escravistas e 16,2% dos escravos); “magistratura e funcionários civis” (11,1% e 8,6%); e “profissões liberais” (8,1% e 7,2%). Por outro lado, à “agricultura” e às “atividades do mar” dedicavam-se tão somente 2,3% dos proprietários, possuidores de 3,6% do total da escravaria.

⁸ Repisemos, ademais, que os cativos, na tabela em questão, vão distribuídos de acordo com a atividade de seus proprietários. Vale dizer, a fonte documental aqui utilizada, tal como acontece na maioria dos arrolamentos produzidos no Brasil nos séculos XVIII e XIX, não permite determinar com precisão a ocupação individual dos distintos integrantes dos planteis de escravos.

*Gráfico 2 - Número Médio de Escravos Possuídos,
Segundo Faixas Etárias dos Proprietários ^a*



a. Excluídos 7 escravistas com idades indeterminadas que, no total, detinham 21 cativos.

O maior tamanho médio dos planteis (9,5 cativos), correspondia aos 4 indivíduos cuja atividade era a indústria, aos quais se seguiam os agricultores (média de 8,2 escravos por proprietário). Em nenhuma das demais atividades arroladas o indicador estatístico em tela atingiu a marca de 5 cativos; em sete casos — atividades do mar, artesanato, igreja, magistratura e funcionários civis, militares, transporte e serviços —, a média igualou-se ou foi inferior à mediana (3 escravos) calculada para o conjunto dos escravistas.

Tabela 3 - Distribuição dos Proprietários e Respectivos Escravos, Segundo as Atividades Econômicas dos Escravistas

Atividades	Escravistas	Escravos Possuídos		
		Núm.Abs.	%	Núm.Médio
Agricultura	6	49	3,2	8,2
Atividades do mar	3	6	0,4	2,0
Artesanato	28	61	4,0	2,2
Indústria	4	38	2,5	9,5
Proprietários / rentistas	54	246	16,2	4,6
Igreja	3	4	0,3	1,3
Magistratura e funcionários civis	44	131	8,6	3,0
Militares	8	18	1,2	2,3
Profissões liberais	32	109	7,2	3,4
Comércio	122	550	36,1	4,5
Transporte	1	1	0,1	1,0
Serviços	5	8	0,5	1,6
Jornaleiros	3	10	0,7	3,3
Indeterminadas	84	291	19,1	3,5
Total	397	1.522	100,0	3,8

Obs.: Núm.Abs. = Número absoluto; Núm.Médio = Número médio

A consideração conjunta das variáveis “atividade econômica dos escravistas” e “faixa de tamanho dos planteis” (Tabela 4) permite-nos tecer alguns comentários adicionais, limitados, é verdade, pelo fato de, para várias atividades, contarmos com um reduzido número de observações. Num meio urbano marcado pela inexistência de posses escravas sobremaneira avantajadas, observamos, de um lado, vários casos em que dominavam, absolutos, os planteis menores, com até 5 cativos (atividades do mar, igreja, transportes, serviços e jornaleiros); de outro, notamos inexistirem situações de predomínio absoluto dos planteis na faixa de 16 a 32 integrantes. Mesmo as atividades para as quais foram mais elevadas as médias de escravos possuídos (indústria e agricultura) distribuía-se por pelo menos três das quatro faixas de tamanho consideradas. No que respeita à atividade mais comum, o comércio, computamos 34 planteis unitários, correspondentes a 27,9% dos escravistas comerciantes, porcentual que se igualou a, respectivamente, 45,9%, 23,8% e 2,4% nos planteis de 2 a 5, 6 a 15 e 16 a 32 cativos.

Tabela 4 - Distribuição dos Escravistas, Segundo Sua Atividade Econômica e Faixas de Tamanho dos Planteis (FTP)

Atividades	Escravos Possuídos, por FTP				Total
	1	2 a 5	6 a 15	16 a 32	
Agricultura	1	2	2	1	6
Atividades do mar	1	2	-	-	3
Artesanato	13	14	1	-	28
Indústria	-	2	1	1	4
Proprietários / rentistas	9	29	15	1	54
Igreja	2	1	-	-	3
Magistratura e funcionários civis	17	19	8	-	44
Militares	4	3	1	-	8
Profissões liberais	14	12	5	1	32
Comércio	34	56	29	3	122
Transporte	1	-	-	-	1
Serviços	4	1	-	-	5
Jornaleiros	-	3	-	-	3
Indeterminadas	26	42	15	1	84
Total	126	186	77	8	397

Assim sendo, ao caráter urbano da freguesia vinculava-se um elenco de atividades econômicas no qual as possibilidades diferenciadas de acumulação em cativos certamente existiam, todavia não se traduziam na constituição de grandes escravarias, o que, para muitos desses proprietários, decerto não ocorria por conta dos próprios limites da demanda por mão de obra cativa afeta às atividades por eles desempenhadas. Tais limites, cabe enfatizar, tendiam a tornar-se mais efetivos numa quadra em que a aquisição de escravos, desvinculada da atividade produtiva exercida pelo escravista, vivenciava, de forma cada vez mais intensa, a concorrência propiciada pelo alargamento das possibilidades de aplicação de recursos em ativos alternativos, a exemplo dos títulos da dívida pública e de empresas privadas.

Tais características da localidade examinada manifestam-se, também, no relacionamento distinto entre as origens, de escravistas e de cativos, e o tamanho dos planteis. Tomemos, de início, os proprietários e sua distribuição segundo a origem e de acordo com faixas de tamanho das escravarias (Tabela 5). Ainda que haja algumas

divergências entre os valores calculados e observados,⁹ elas são de pequena monta e, como indica o teste estatístico cujos resultados informamos ao pé da tabela, podem ser consideradas irrelevantes. Com o que podemos concluir que o porte do escravista não estaria sendo afetado, significativamente, pela sua origem, na São Cristóvão de 1870.

*Tabela 5 - Distribuição dos Escravistas
Segundo Origem e Faixas de Tamanho dos Planteis (FTP)*

Origem do Proprietário	FTP: de 1 a 5 cativos		FTP: de 6 a 32 cativos		Total
	Observado	Calculado	Observado	Calculado	
Rio de Janeiro	33	33	9	9	42
Brasil ^a	156	151	36	41	192
África	4	3	-	1	4
Portugal e Ilhas	95	101	34	28	129
Europa (outros)	11	13	5	3	16
América do Sul	2	2	-	-	2
Estrangeiros ^b	1	1	-	-	1
Desconhecida	10	9	1	2	11
Total	312		85		397

^a Excluídos os fluminenses; ^b Sem outra especificação.

Obs.: $\chi^2 = 6,503$, não significativo; χ^2 tabelado (7 graus de liberdade, nível de 0,50) = 6,346.

Ao contrário, no que respeita aos cativos, mostraram-se estatisticamente significativas as divergências computadas, conforme a origem, entre as distribuições observada e calculada, segundo as distintas faixas de tamanho dos planteis (Tabela 6). Assim, a presença de africanos mostrou-se ligeiramente maior do que a esperada nos planteis unitários (9,5% do total de africanos na distribuição observada *versus* 8,3% na calculada), diferença que se alargou na faixa de 16 a 32 escravos (18,0% *versus* 11,8%).

⁹ Os valores “calculados” reproduzem, para cada uma das duas faixas de tamanho dos planteis consideradas, as mesmas proporções da distribuição por origem verificada para o total de escravistas, não prevendo, por conseguinte, qualquer influência da origem sobre as posses de escravos. Os valores observados que mais parecem divergir dessa proporcionalidade teoricamente esperada eram os atinentes aos proprietários brasileiros (exclusive fluminenses), os quais seriam ligeiramente “menos abastados” do que o esperado, e os concernentes aos portugueses e demais europeus, que seriam “mais bem abonados” do que prevê a distribuição teórica.

*Tabela 6 - Distribuição dos Escravos
Segundo Origem e Faixas de Tamanho dos Planteis (FTP) ^a*

FTP	Brasil		África ^b		Total
	Observado	Calculado	Observado	Calculado	
1	80	85	41	36	121
2 - 5	410	400	156	166	566
6 - 15	456	434	158	180	614
16 - 32	95	122	78	51	173
Total	1.041		433		1.474

^a Excluídas 48 pessoas para as quais não foi possível identificar a origem;

^b Incluídos 8 cativos originários de Portugal e suas ilhas.

Obs.: $\chi^2 = 26,594$, significativo ao nível de 99%; χ^2 tabelado (3 graus de liberdade, nível de 0,99) = 11,345.

Em tais segmentos, portanto, verificamos as maiores participações relativas de indivíduos provenientes da África: 33,9% dos integrantes dos planteis unitários, percentual que se eleva a 45,1% nas maiores escravarias (Gráfico 3). Nas duas outras faixas de tamanho foram os coloniais que se fizeram mais presentes do que o esperado (39,4% do total de coloniais na distribuição observada *versus* 38,4% na calculada, nos planteis com 2 a 5 cativos; e 43,8% *versus* 41,7% naqueles com 6 a 15 indivíduos).

Como se vê, tais divergências apresentam-se mais nítidas no caso dos maiores planteis. De fato, considerada tão somente a população escrava africana, percebemos radicar na última das faixas de tamanho contempladas — de 16 a 32 escravos — a mais expressiva supremacia numérica dos indivíduos do gênero masculino: a taxa de masculinidade entre os africanos desses planteis atingiu 80,8%. Esse indicador alçou-se a 57,5%, 55,5% e 53,5%, respectivamente, nos planteis unitários, com 2 a 5 e com 6 a 15 cativos. ¹⁰ Convergem, pois, novamente, as maiores posses de escravos e aquelas formadas por cativos, em média, mais valiosos. Não obstante, tal convergência não se vê reforçada por eventuais disparidades no tocante à distribuição etária dos africanos observada nas distintas faixas de tamanho (Tabela 7). Muito embora, por exemplo, os escravos com 15 a 59 anos de idade existentes nos planteis com 16 a 32 cativos superem a cifra da distribuição calculada, as diferenças verificadas entre os valores observados e calculados não são estatisticamente significativas, o que implica dizer que a distribuição

¹⁰ No cálculo das taxas de masculinidade entre os escravos africanos foram desconsiderados 5 indivíduos, para os quais não foi possível determinar o gênero.

dos africanos pelos distintos tamanhos dos planteis independe do perfil etário daqueles indivíduos.

Gráfico 3 - Participações Relativas dos Escravos Africanos, Segundo Faixas de Tamanho dos Planteis

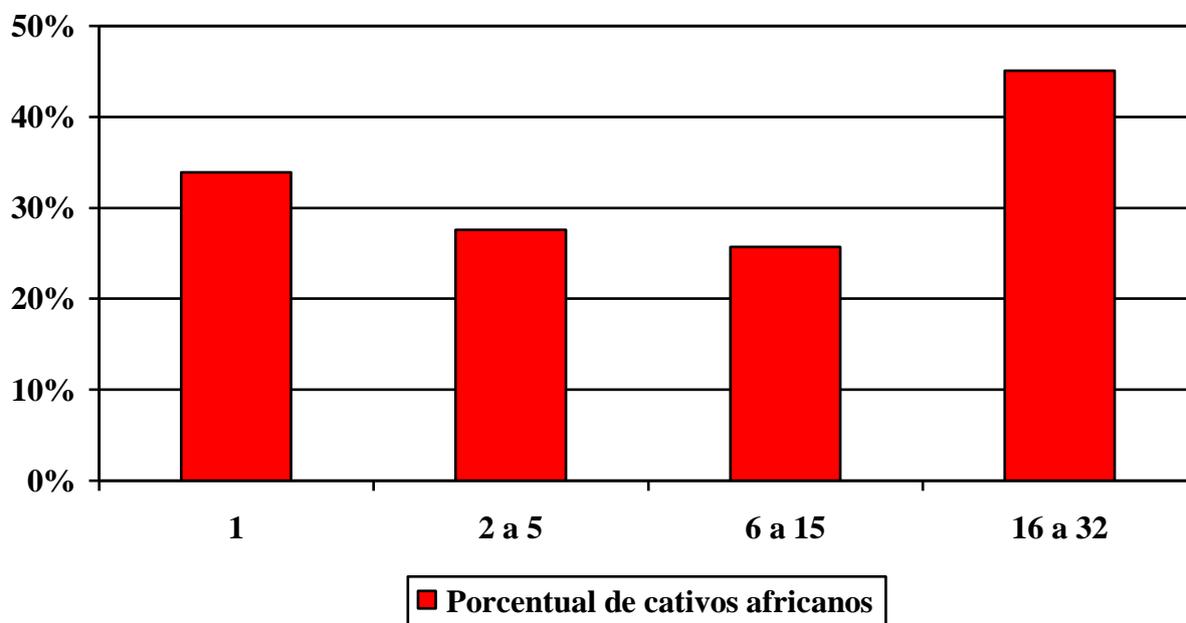


Tabela 7 - Distribuição dos Escravos Africanos Segundo Faixas Etárias e Faixas de Tamanho dos Planteis (FTP) ^a

FTP	Observado			Calculado			Total
	0-14	15-59	60 e+	0-14	15-59	60 e+	
1	-	38	3	-	37	4	41
2 - 5	-	136	20	-	141	15	156
6 - 15	-	134	15	-	134	15	149
16 - 32	-	74	4	-	70	8	78
Total	-	382	42	-	-	-	424

^a Incluídos 8 cativos vindos de Portugal e suas ilhas e excluídos 9 para os quais não constou a idade. Obs.: $\chi^2 = 3,792$, não significativo; χ^2 tabelado (3 graus de liberdade, nível de 0,70) = 3,665.

As duas décadas transcorridas da extinção do tráfico transatlântico de cativos (1850) à feitura do recenseamento que embasa este estudo respondem, decerto, em boa medida, por essa indistinção verificada no tocante às distribuições etárias dos africanos pelos diversos tamanhos dos planteis de São Cristóvão. Indistinção que não se mantém ao considerarmos tão somente os escravos coloniais (Tabela 8). Entre estes, idades e porte das escravarias não são, de modo algum, variáveis independentes. Além disso, a

comparação entre os valores observados e calculados, fornecidos na tabela mencionada, permite-nos perceber que, desta feita, as maiores divergências não radicam na faixa de tamanho de 16 a 32 cativos. De fato, notamos haver, nos planteis com 1 a 5 cativos, menos crianças de 0 a 14 anos do que o esperado, relação que se inverte na faixa de 6 a 15 indivíduos. Identificamos, subjacente a essas discrepâncias, uma característica comum: o predomínio do gênero feminino, igualando-se a taxa de masculinidade, entre os escravos na faixa etária em questão, a 28,6%, 44,8%, 42,9% e 42,9%, respectivamente, nas quatro faixas de tamanho dos planteis consideradas.

Tabela 8 - Distribuição dos Escravos Coloniais Segundo Faixas Etárias e Faixas de Tamanho dos Planteis (FTP) ^a

FTP	Observado			Calculado			Total
	0-14	15-59	60 e+	0-14	15-59	60 e+	
1	22	55	3	29	50	1	80
2 - 5	135	270	2	147	257	3	407
6 - 15	180	269	3	163	285	4	452
16 - 32	35	59	1	34	60	1	95
Total	372	653	9				1.034

^a Excluídas 7 pessoas para as quais não constou a idade.

Obs.: $\chi^2 = 14,935$, significativo ao nível de 95%; χ^2 tabelado (6 graus de liberdade, nível de 0,95) = 12,592.

A distribuição etária e a partição por gênero das crianças cativas revelam, ao que tudo indica, dois movimentos simultâneos. De um lado, sendo todos, meninos e meninas, coloniais, dever-se-ia verificar relativo equilíbrio entre os gêneros, a menos que se fizesse presente algum fluxo de “entrada” ou “saída” desses jovens. Por conseguinte, em São Cristóvão, a supremacia numérica das crianças do gênero feminino evidencia uma possível “saída” de meninos, a qual, de resto, deveria refletir o deslocamento da mão de obra masculina para o trabalho rural. Com isso, afastamos a hipótese de que essa “falta” de meninos redundasse de um processo diferencial de manumissões de acordo com o gênero porque, como sabido, a alforria era concedida, preferencialmente, às mulheres; igualmente pouco plausível parece-nos a idéia de que haveria uma generalizada “entrada” (compra) mais do que proporcional de meninas por parte dos escravistas residentes na paróquia ora analisada.

Quanto ao segundo dos movimentos aludidos, havia, ao que parece, nas escravarias formadas por 6 a 15 cativos, comparadas às demais, maior propensão a “reter” escravos com 14 ou menos anos de idade. É justamente isto que se infere dos

dados concernentes, segundo faixas de tamanho dos planteis, à participação relativa dessas crianças sobre o número total de cativos congregados em cada uma das faixas. Assim, enquanto 29,3% dos integrantes das posses com 6 a 15 indivíduos contavam 14 ou menos anos, para as demais faixas o peso relativo correlato não superava os 24% (planteis unitários com 17,6%; de 2 a 5 escravos com 23,6% e de 16 a 32 cativos com 20,2%). É interessante notar que este resultado, aliado a outros mais, evidenciados neste e noutros estudos, indica que as distintas faixas de tamanho dos planteis compunham microcosmos com características próprias e relações sócio-demográficas peculiares.

Tabela 9 - Participação das Crianças na População Escrava Segundo Faixas de Tamanho dos Planteis (FTP)

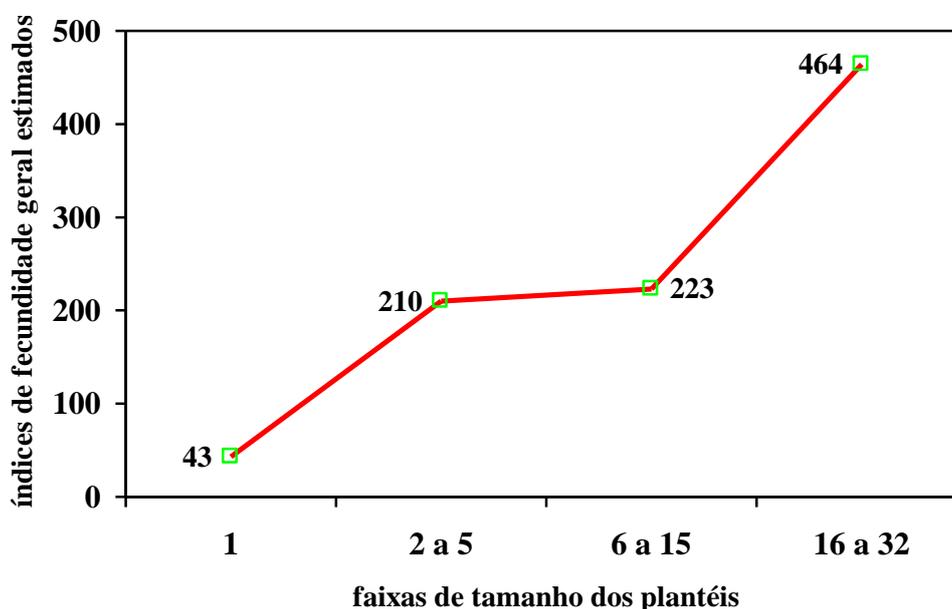
FTP	0-4(1)	0-9(2)	total escravos(3)	$[(1)/(3)] \times 100$	$[(2)/(3)] \times 100$
1	2	5	126	1,6%	4,0%
2-5	46	86	580	7,9%	14,8%
6-15	49	127	643	7,6%	19,8%
16-32	13	24	173	7,5%	13,9%
Total	110	242	1.522	7,2%	15,9%

A Tabela 9 permite-nos refinar um pouco mais a caracterização dessa aventada maior propensão a “reter” crianças escravas nos planteis de 6 a 15 cativos. A comparação dos valores percentuais fornecidos nas duas últimas colunas da tabela em questão evidencia que esse traço das escravarias que compõem a terceira faixa de tamanho decorre em especial da distribuição dos indivíduos com idades de 5 a 9 anos. De fato, se substituíssemos as cifras apresentadas na última coluna da Tabela 9 pelos percentuais correlatos calculados tendo por base, como numerador, apenas tais indivíduos, obteríamos, respectivamente nas quatro faixas de tamanho aqui consideradas: 2,4%, 6,9%, 11,4% e 6,4%. Já a distribuição das crianças de 0 a 4 anos de idade, à exceção dos planteis unitários, resulta em participações relativas bastante próximas — entre 7,5% e 7,9% — nas três outras faixas de tamanho; a exceção concernente aos planteis unitários não é surpreendente porque a presença da família escrava implicaria, na maior parte dos casos, a existência de planteis com mais de um componente.

Esses valores da participação relativa — sobre os totais de cativos existentes em cada faixa de tamanho dos planteis — das crianças com menos de 5 anos de idade,

aliados à mais elevada taxa de masculinidade observada nas escravarias com mais de 15 componentes, influenciam as estimativas de índices de fecundidade geral representadas no Gráfico 4.¹¹ Vale dizer, de um lado, ditas estimativas são calculadas levando em conta crianças cativas de uma faixa etária em que não se verificava o “excesso” de crianças percebido nos planteis de 6 a 15 escravos; de outro, nas maiores posses escravas, havia um maior “risco de gravidez” para o segmento das mulheres em idade fértil dada a presença de um número relativo mais elevado de homens, fato esse que facilitaria a escolha de parceiros e a composição de casais no âmbito de um mesmo plantel.¹²

Gráfico 4 - Estimativa Para Índices de Fecundidade Geral, Segundo Faixas de Tamanho dos Planteis^a



^a Para cada faixa de tamanho dos planteis, total de crianças de 0 a 4 anos dividido pelo total de mulheres de 15 a 49 anos, multiplicado por 1.000.

No Brasil, como verificado por vários estudos recentes, as uniões estáveis davam-se, em especial, nos planteis mais numerosos; ademais, na maioria esmagadora

¹¹ Lembremos que a taxa de fecundidade geral “... é o quociente, num determinado ano (j), entre o número de nascidos vivos e a população feminina dentro do período reprodutivo ou em idade fértil. Usualmente, considera-se idade fértil da população feminina a faixa de 15 a 49 anos” (Carvalho, Sawyer & Rodrigues, 1994, p. 24). No nosso caso, na falta do informe acerca do número de nascidos vivos, a quantidade de crianças escravas de zero a 4 anos de idade conduz a um estimador mais grosseiro da fecundidade geral.

¹² Embora apresentando esse “maior risco de gravidez”, não se destaca, nos planteis de 16 a 32 cativos comparados aos de 2 a 15 escravos, o percentual das crianças de 0 a 4 anos de idade, uma vez que a supremacia numérica de homens implicava, ao fim e ao cabo, nas maiores escravarias, uma participação relativa mais modesta das mulheres em idade fértil.

dos casos, ambos os integrantes de cada casal pertenciam a um mesmo proprietário. Como resultado, não obstante as crianças — assim entendidos os indivíduos com menos de 15 anos de idade — se façam mais intensamente presentes nos planteis com 6 a 15 elementos, são aqueles de 16 a 32 escravos os que apresentam a maior estimativa para a taxa geral de fecundidade.¹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creemos que não seria o caso, nestas considerações finais, de, meramente, proceder a um arrolamento das diversas inferências apresentadas ao longo do texto. Parece-nos mais oportuno utilizar este espaço para realçar alguns atributos deste estudo sobre São Cristóvão da perspectiva de sua inserção em meio ao evoluir da historiografia dedicada ao tema da estrutura da posse de cativos. De fato, como sabido, desde a publicação, em 1981, do trabalho pioneiro de Luna (1981) — *Minas Gerais, escravos e senhores* — têm sido inúmeros os estudos que se preocuparam com esse tema, de forma exclusiva ou não. Em um primeiro momento, as atenções estiveram concentradas no período que se abre no primeiro quartel do século dezoito e chega às décadas iniciais do dezenove. A disponibilidade de arrolamentos nominativos, produzidos com finalidades predominantemente fiscais ou censitárias, responde, em boa medida, por essa concentração. Os resultados alcançados, para diversas localidades ou regiões e em variados anos, caracterizaram-se, em que pese a existência sempre possível de subenumeração, sobretudo quando se tratou de embasar a cobrança de impostos, pelo atributo da abrangência. Em outras palavras, os perfis observados, pelos diversos estudiosos do assunto, da distribuição da propriedade escrava, levaram em conta, ao que tudo indica, o conjunto da população cativa, ou pelo menos dele não se afastaram em demasia.

¹³ Reproduz-se, também para São Cristóvão em 1870, outro resultado recorrente na historiografia recente, qual seja, o cômputo de estimativas crescentes dos índices de fecundidade geral à medida que aumenta o tamanho dos planteis de escravos. Todavia, a própria contradição aparente de que tratamos nesse parágrafo torna oportuna, por exemplo, a ressalva feita por Costa, Slenes e Schwartz em seu estudo sobre a família escrava em Lorena (1801): “... nos pequenos planteis [1 a 4 cativos] contavam-se 396 crianças de 0 a 4 anos por grupo de 1.000 mulheres de 15 a 49 anos, na faixa intermediária de tamanho [5 a 9] encontravam-se 635 e, nos planteis de maior porte [10 a 41], 792 crianças por grupo de 1.000 mulheres. Muito embora tais resultados pareçam sugestivos, não se deve esquecer que os mesmos podem estar enviesados. Assim, o índice referente à faixa de tamanho de 1 a 4 escravos estaria subestimado, pois como os pequenos planteis formam-se — seja por compra, seja por variadas formas de doação (partilha em vida, herança etc.) — privilegiando cativos com idade mais elevada, poderiam estar sendo subtraídas de planteis mais numerosos mulheres que nele deixaram sua prole. Esta mesma eventualidade traria como consequência a superestimação do índice pertinente aos planteis maiores” (Costa, Slenes & Schwartz, 1987, p. 275).

Mais recentemente, houve o empenho de estender o exame da estrutura da posse de escravos para a segunda metade do Oitocentos, etapa crucial que se inaugurou com a extinção do tráfico transatlântico de africanos (1850) e na qual a questão servil caminhou no sentido da “solução final” posta pela abolição da escravatura. Contudo, para as décadas derradeiras da escravidão, não se pôde contar com fontes documentais primárias tão abundantes e ricas, para o estudo do tema em tela, quanto os arrolamentos nominativos utilizados para o período anterior. Os analistas, então, lançaram mão de outras fontes, entre as quais se destacaram os processos de inventários *post-mortem*, as listas de matrículas de escravos (muitas das quais parte integrante dos referidos inventários) e as listas de classificação dos escravos para fins de emancipação.

Assim sendo, processou-se a incorporação da segunda metade do século dezenove como objeto dos trabalhos sobre a estrutura da posse de cativos às custas, no entanto, da maior abrangência característica dos estudos centrados no intervalo temporal anterior. O caráter “amostral”, no tocante ao enfoque da dita estrutura, é evidente no caso dos inventários e das listas de matrículas neles contidas. A sua vez, nas listas de classificação, a perda da abrangência decorreu dos próprios critérios que instruíram sua confecção, estabelecidos no regulamento geral que disciplinou a execução da Lei do Ventre Livre, aprovado pelo Decreto 5.135, de 13 de novembro de 1872; pela aplicação desses critérios, deixavam-se de lado, ao menos parcialmente, as crianças com menos de 12 anos e, sobretudo, os adultos com mais de 50 anos de idade.

Resta evidenciada, por conseguinte, assim o cremos, a importância do arrolamento da população de São Cristóvão realizado em abril de 1870 e fonte que embasa este artigo. Em certa medida, esse recenseamento permitiu-nos empreender o esforço acima mencionado sem incorrer nas perdas decorrentes das lacunas características dos demais documentos utilizados para a análise da estrutura da posse de escravos nas últimas décadas do período escravista brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Alberto Magno de, SAWYER, Diana Oya & RODRIGUES, Roberto do Nascimento. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. Belo Horizonte: ABEP, 1994.
- COSTA, Iraci del Nero da. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. *História: Questões & Debates* 4 (6): 121-127, jun. 1983.

- COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos* 17 (2): 245-295, maio/ago. 1987.
- GRAF, Márcia E. de Campos. *População escrava da Província do Paraná, a partir das listas de classificação para emancipação (1873 - 1886)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974. (mimeografado).
- IBGE (MSS). *Rolo n. 332*: volume 1-3 com 286 páginas e volume 4-5 com 326 páginas; *Rolo n. 333*: volume 6-8 com 388 páginas e volume 9-11 com 303 páginas; *Rolo n. 334*: volume 12-14 com 171 páginas. Todos referentes ao Recenseamento do Brasil de 1870; os volumes são manuscritos pelos próprios moradores da “Paróquia de São Cristóvão do Município da Corte. Rio de Janeiro: IBGE-BICEN, 1980, microfilme.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores - análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- RELATÓRIO sobre o Arrolamento da População do Município da Corte em 1870. In: *Relatório Apresentado ao Ministro e Secretário D’Estado dos Negócios do Império pela Comissão Encarregada da Direção dos Trabalhos do Arrolamento da População do Município da Corte a que se Procedeu em Abril de 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.